

# A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM AMBIENTES HOSPITALARES: UM ESTUDO DE CASO COM EDUCADORES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO À REDE DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR (SAREH) DO HOSPITAL DO TRABALHADOR

Michele de Oliveira dos Santos<sup>1</sup>  
Cinthya Vernizi Adachi de Menezes<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a prática pedagógica dos educadores que atuam no serviço Sareh, no Hospital do Trabalhador de Curitiba, visando sistematizar a organização do trabalho pedagógico em ambiente hospitalar, promovendo estudos sobre suas formas de organização de modo a efetivar o processo de ensino-aprendizagem específico, explicitando o estabelecimento de rotinas, processos e encaminhamentos que busquem orientar as atividades desenvolvidas pelos professores que atuam em hospitais. Apesar de se tratar de uma área de conhecimento já consolidada, a prática pedagógica realizada nas instituições de saúde deve estar de acordo com as características e limitações do ambiente, espaço e tempo, considerando também as especificidades dos educandos internados. Essa investigação busca contribuir com pesquisas e ações voltadas à prática pedagógica realizada em ambiente hospitalar, na perspectiva da inclusão educacional, pois se compreende que a situação de internamento não pode se configurar como impeditivo do acesso à educação, que é direito constitucional e fundamental de todo cidadão.

**Palavras-chave:** Atendimento Escolar Hospitalar. Histórico. Direito à Educação. Pedagogia Hospitalar. Atribuições.

---

<sup>1</sup> Aluna do 4º ano de Pedagogia na FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2012-2013). *E-mail:* michele\_osantos@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail:* cinthyavam@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Educação e saúde são direitos de todos os cidadãos, garantidos por meio de políticas públicas que promovam a redução de doenças e a igualdade de oportunidades para acesso e permanência na escola.

Nessa perspectiva, foi implantado, em 2007, o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh), que se fundamenta nas pesquisas de Menezes (2004), estabelecendo o direito ao atendimento pedagógico hospitalar, proposto pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). O objetivo do serviço é atender educandos que se encontram impossibilitados de frequentar a escola em virtude de internamento hospitalar ou estão sob outras formas de tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização, contribuindo para seu retorno e reintegração na escola de origem e até mesmo a inserção daqueles não matriculados no sistema educacional. Assim, o tema desta pesquisa refere-se à organização do trabalho pedagógico em ambientes hospitalares.

Destarte, entende-se que são necessárias intervenções pedagógicas adequadas, relacionadas a um contexto de atividades que promovam os saberes escolares. Assim, a existência de um serviço dessa natureza suscita o seguinte questionamento: qual é a perspectiva didático-metodológica da organização do trabalho pedagógico desenvolvido por pedagogos em ambientes hospitalares, respeitando a diversidade desse campo educacional e considerando o educando como sujeito do processo educativo?

Partindo do pressuposto de que o educando em situação de internamento se vê inserido em um espaço diferente da sua rotina diária, torna-se necessária a resignificação deste espaço, oportunizando a esse aluno experimentar novas relações sociais, emocionais, culturais e educacionais que possibilitem a criação de vínculos durante o período em que se encontre afastado das suas atividades regulares. Portanto, o objetivo geral deste projeto de iniciação científica é analisar a prática pedagógica dos educadores que atuam no Sareh, junto ao Hospital do Trabalhador (HT), em Curitiba, visando sistematizar a organização do trabalho pedagógico em ambiente hospitalar.

Para atingir o objetivo principal deste estudo, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: a) realizar um levantamento legal e histórico sobre o atendimento educacional hospitalar; b) situar o processo de humanização nos hospitais e a inserção do pedagogo em ambiente hospitalar; c) identificar as atribuições do pedagogo do Sareh no Hospital do Trabalhador, em Curitiba; d) verificar os procedimentos didático-metodológicos utilizados pelos profissionais da educação para a efetivação do processo de escolarização dos educandos hospitalizados; e) analisar os elementos que compõem a proposta político-pedagógica hospitalar, as relações estabelecidas na organização do trabalho pedagógico e a prática docente; f) propor uma sistematização da organização do trabalho pedagógico no hospital do trabalhador.

Pesquisadores da área, tais como Vasconcelos (2008); Matos e Mugiatti (2012); Menezes (2009); Ceccim (1997); Fonseca (2003); Calegari (2003); Kudo (2009); Porto (2008); Arosa e Schilke (2007); Paula (2004); Barros (2009) apontam a necessidade de garantir o atendimento pedagógico educacional em ambiente hospitalar de modo a assegurar a continuidade do processo de escolarização dos educandos hospitalizados.

Visando a um atendimento integral e considerando o ser humano em sua totalidade, o atendimento humanizado exige a constituição de uma equipe hospitalar multiprofissional. É a partir desse princípio que se insere a figura do pedagogo em ambiente hospitalar, ao qual cabe o desenvolvimento de diversas atribuições profissionais. Justifica-se, então, a realização desta pesquisa, a qual busca promover uma melhor compreensão desse campo de atuação do pedagogo, investigar a estrutura do trabalho realizado pelos docentes atuantes nesse ambiente, bem como as atribuições dos atores do processo pedagógico; elementos entendidos como fundamentais para a garantia do processo de ensino-aprendizagem para crianças e adolescentes em estado de internação e/ou impossibilitadas de frequentar a escola regular.

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica acerca do tema, análise documental que embasa o trabalho do Sareh no Paraná, realização de entrevista semiestruturada com a pedagoga do HT e aplicação de um questionário aos professores que atuam com o atendimento pedagógico no referido hospital.

A partir do exposto, buscou-se compreender os procedimentos e métodos já utilizados pela pedagoga responsável pelo Sareh no HT, bem como aqueles adotados na condução da organização do trabalho pedagógico junto aos professores que atuam com alunos dos anos finais e Ensino Médio da educação básica.

## **1 BREVE HISTÓRICO DA PEDAGOGIA HOSPITALAR NO MUNDO, NO BRASIL E NO PARANÁ**

A primeira escola em hospital foi implantada no ano de 1929, por Marie Louise Imbert. A primeira classe hospitalar<sup>3</sup> foi criada por Henri Sellier e surgiu no ano de 1935, em Paris, em consequência dos resultados negativos da Segunda Guerra Mundial. Ele, por sua vez, contou com o apoio de médicos, religiosos e voluntários para que seu projeto funcionasse, e foi a partir disto que as classes hospitalares foram ganhando espaços no meio social, atingindo outros países, tais como Alemanha e Estados Unidos.

---

<sup>3</sup> Modalidade de atendimento pedagógico-educacional vinculada à educação de alunos portadores de patologias que exigem internamento hospitalar (BRASIL, 2002).

Nesses países, a classe hospitalar atendia prioritariamente crianças com tuberculose, as quais ficavam afastadas do meio social e, conseqüentemente, não frequentavam a escola (REINER apud PAULA, 2004, p. 16).

Segundo Fonseca e Ceccim (1999), foi a partir da segunda metade do século XX que se observou, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que os orfanatos, os asilos e as instituições que prestavam assistência a crianças não respeitavam alguns aspectos básicos do seu desenvolvimento emocional, por falta de um atendimento pedagógico mais completo. A conclusão a que se chegou é de que essas falhas no atendimento infantil traziam riscos e sequelas que, na vida adulta, poderiam evoluir para doenças psiquiátricas. Surgiu, então, a iniciativa de implementar experiências educativas para as crianças e os jovens internados em instituições hospitalares. Com o passar do tempo, essa iniciativa também foi implementada em hospitais brasileiros, com o mesmo objetivo.

Porém, no Brasil, o atendimento educacional específico para pessoas portadoras de deficiência é iniciado com a criação do atendimento escolar à pessoa deficiente física, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Segundo Caiado (apud MAZZOTA, 2003, p. 73), ao pesquisar os arquivos da instituição de saúde, encontraram-se relatórios anuais do movimento escolar de alunos deficientes físicos que datam 1931. Contudo, a classe hospitalar surgiu a partir de 1950, iniciando seus trabalhos no Hospital Menino Jesus, na cidade do Rio de Janeiro, o qual continua até os dias atuais. A iniciativa deve-se a acontecimentos da época em que a poliomielite era o motivo do grande número de internações de crianças, cujo objetivo era permitir um atendimento específico para deficientes físicos, mostrando grandes avanços no quadro de crianças e adolescentes hospitalizados, ampliando seu desenvolvimento e seu nível de abrangência.

Segundo Castro (2011, p. 232-233), este trabalho teve início com a professora Lecy Rittmeyer. O serviço ofertado consistia em atendimentos educacionais que se fizessem necessários para pacientes internados por períodos prolongados que, em função de suas enfermidades, acabavam sendo prejudicados no ano letivo escolar.

A partir dessa iniciativa, o atendimento a alunos hospitalizados iniciou sua expansão pelo Brasil estendendo-se a outros estados. Porém, segundo Amorim (2011), somente em 1997, por meio de um pedido feito à Secretaria de Educação do Serviço Social de Assistência a Pacientes Internados e do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, houve a criação do Projeto Classe Hospitalar nos modelos atuais.

No Paraná, a iniciativa da pedagogia hospitalar partiu da assistente social Margarida Maria Teixeira de Freitas Mugiatto, quando ela introduziu a escola no Hospital Pequeno Príncipe. Desde o ano de 1988, a Secretaria Municipal de Educação do Município de

Curitiba possui convênios com instituições hospitalares, cedendo professores de seu próprio quadro funcional para que atuem em classes hospitalares. Até o ano de 1998, os professores trabalhavam com as crianças apenas de forma recreativa e lúdica, mas com o passar dos anos, a parceria foi se reestruturando e buscando objetivos novos no campo de atuação.

Segundo Castro (2011, p. 233), “a partir dessa data, os professores passaram a atuar promovendo a inserção do currículo escolar no ambiente hospitalar com a proposta de permitir ao aluno o vínculo com a escola de origem durante o tratamento”. No ano de 2003, houve a implantação dos grupos de humanização pelo HumanizaSUS; essa política foi implantada pelo Ministério de Saúde, e os hospitais passaram a discutir os programas que proviam o atendimento integral dos pacientes, estando as classes hospitalares inseridas nessa discussão. A partir disso, a Secretaria Municipal criou a Coordenação de Classes Hospitalares para a gestão desse processo. Os hospitais contemplados com os professores da rede municipal de ensino realizam seu trabalho no ambiente hospitalar, focado nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (CASTRO, 2011, p. 233-234).

Com o passar dos anos, os convênios com o governo do Estado foram se extinguindo, apresentando, em 2003, apenas a parceria com a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN), em Curitiba – PR. A partir de 2007, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná retomou o atendimento escolar hospitalar, por meio do Sareh<sup>4</sup>, ampliando a oferta, também, para algumas cidades do interior do Paraná<sup>5</sup>. Esse serviço está amparado legalmente, garantindo a educação como direito fundamental do cidadão.

---

<sup>4</sup> Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh) foi formalmente criado em julho de 2005, regulamentado por meio da Resolução nº 2.090/05, tendo como objetivo principal atender à demanda de alunos hospitalizados no estado. Para o desenvolvimento do programa, foi necessária a integração de técnicos de várias unidades da Secretaria de Educação, que substituíram essa Resolução pela publicação de uma nova Resolução Secretarial de nº 3.302/05.

<sup>5</sup> Hospital de Clínicas da UFPR, Hospital Pequeno Príncipe, Hospital Erasto Gaertner, Hospital Universitário Evangélico, Hospital do Trabalhador, Centro de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier, Associação de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN), em Curitiba; Hospital Universitário de Maringá, em Maringá; Hospital Regional do Norte do Paraná e Hospital do Câncer, em Londrina; Hospital Universitário do Oeste do Paraná e Hospital do Câncer, em Cascavel; Hospital Infantil Dr. Waldemar Monastier, em Campo Largo; Hospital Regional do Litoral, em Paranaguá; Comunidade Terapêutica Esquadrão da Vida, em Ponta Grossa; Clínica HJ, em União da Vitória e Hospital Costa Cavalcanti, em Foz do Iguaçu.

## 2 A LEGISLAÇÃO ACERCA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR

A criação de classes hospitalares garante o direito de educação do indivíduo, quando este estiver exposto a uma situação que foge do cotidiano escolar. Para garantir esses direitos, existem leis que asseguram e amparam a criança e o adolescente a um acompanhamento diferenciado e de qualidade, que os atinjam quando se fizer necessário em outros ambientes de estudo que não o contexto formal, a escola.

As legislações que garantem o atendimento educacional em ambiente hospitalar são elencadas conforme descritas abaixo:

O Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro de 1969, dispunha sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções, trazendo considerações relevantes e de importância significativa sobre o educando impossibilitado de frequentar a escola regular.

Posteriormente, tem-se como base e seguridade de direito à educação do estudante a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, a qual atribui às estudantes em fase de gestação o regime de exercícios domiciliares e também o direito à prestação de exames finais. A Constituição Federal<sup>6</sup> de 1988 discorre, em seu art. 205, sobre a educação como um direito de todos. Em 1990, surge por meio da Lei nº 8.069/90 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral da infância e da juventude, aplicando normas e medidas, sobre os direitos humanos da criança e do adolescente.

Cinco anos mais tarde, a Resolução nº 41/1995<sup>7</sup> do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovando o texto proveniente da Sociedade Brasileira de Pediatria, em seus 20 itens descritos, discorre sobre os direitos da criança e do adolescente hospitalizados, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento do currículo escolar durante o período em que o aluno estiver hospitalizado. Entre 1994 e 1995, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Especial de São Paulo (Seesp) apresentam a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orientou o processo de integração instrucional e condicionou o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (MEC/SEESP, 1994, p. 19).

---

<sup>6</sup> Essa Constituição abriu as portas para o surgimento de novas leis, de forma a regulamentar e estabelecer os direitos à educação.

<sup>7</sup> Essa Resolução foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 17 de outubro de 1995.

Em 1996, foi publicada a Lei nº 9.394/1996 (LDBEN)<sup>8</sup>, que norteia as bases da organização do sistema educacional nacional e, embora considere a educação como direito de todos, ainda não configurava a classe hospitalar. Foi somente a partir da Resolução nº 02/2001 – CNE/CNB (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica), que se institui na LDB a classe hospitalar, juntamente à educação especial, por meio de uma visão de educação mais inclusiva.

No estado do Paraná, há legislações específicas, a saber: Deliberação nº 02/03 (institui as normas para a educação especial/Conselho Estadual de Educação do Paraná); Resolução nº 2.527/07 (institui o Sareh – SEED/PR); Instrução nº 006/2008 (estabelece a implantação e funcionamento do Sareh) e Instrução nº 016/2012 (estabelece a implantação e funcionamento do Sareh).

Tem-se ainda a Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação”, e um documento elaborado em 2008, pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogado pela Portaria nº 948/2007, entregue ao MEC em 07 de janeiro 2008, apresentando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (MEC, 2008).

### **3 A HUMANIZAÇÃO NO CONTEXTO HOSPITALAR**

Para o Ministério da Saúde, a humanização é vista não como um programa, mas sim como uma política que deve assegurar direitos aos sujeitos, prestando um serviço de qualidade. A partir disso, a humanização, segundo a Política Nacional de Humanização (2004, p. 13), pode ser entendida a partir de sete itens indispensáveis à sua compreensão, sendo eles: a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde (usuários, trabalhadores e gestores); o fomento da autonomia e do protagonismo desses sujeitos; o aumento do grau de corresponsabilidade na produção de saúde e de sujeitos; o estabelecimento de vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão; a identificação das necessidades sociais de saúde; a mudança nos modelos de atenção e gestão dos processos de trabalho, tendo como foco as necessidades dos

---

<sup>8</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta a organização do sistema educacional brasileiro.

cidadãos e a produção de saúde; o compromisso com a ambiência (melhoria das condições de trabalho e de atendimento).

Com base nisso, pressupõe-se que deve haver mudanças no modelo de atenção e, portanto, no modelo de gestão dentro do ambiente hospitalar e, para realização dessa tarefa, será necessário o envolvimento de todos que trabalham em prol da melhoria da condição de saúde dos indivíduos hospitalizados, sejam os gestores, os demais profissionais, os familiares ou os próprios usuários desse ambiente. O hospital deve rever também estruturas, tais como a infraestrutura hospitalar, as tecnologias e a capacitação técnica e científica dos profissionais. Ações são fundamentais para a geração de bons resultados, mas seu impacto depende fortemente da presença ou ausência de relações humanizadas entre os profissionais e os usuários da saúde.

Castro (2011, p. 231) também enfatiza a humanização hospitalar infantil, a partir da Política Nacional de Humanização, “[...] que preconiza entre os eixos de discussão o tratamento infantil e o acolhimento de seus familiares, incluindo seus usuários, familiares e profissionais da saúde como cogestores no processo de cuidado”. Tem-se, mais uma vez, que a responsabilidade é de todos no processo para a melhoria do estado de saúde do enfermo. A autora diz, também, que esse é o ponto de partida em que o professor ganha espaço; a criança e o adolescente também recebem seu direito ao atendimento pedagógico nos hospitais, atingindo os objetivos da humanização e mantendo o contexto de um atendimento igualitário e universal para todos, o que gerará a essas crianças e adolescentes a inclusão social, o retorno e a permanência delas na escola.

Houve também mudanças quanto à forma de recebimento e acolhimento das crianças e adolescentes hospitalizados por longos períodos, como a permissão de acompanhante por 24 horas por dia nas alas pediátricas, conquista de nível nacional, implantada pelo Ministério da Saúde e também retratada na Política Nacional de Humanização. Além disso, existe a criação de espaços alternativos, como as brinquedotecas, que contribuíram para tornar o ambiente hospitalar mais lúdico e divertido, ao mesmo tempo que se podem desenvolver trabalhos educativos.

O termo “humanizar” diz respeito a falar e fazer ouvir, a pensar e a realizar, a promover ações para contribuir na edificação de quem precisa, é ser solidário, manter o respeito e o reconhecimento mútuo da capacidade do próximo, é trabalhar em equipe para vencer os desafios impostos em prol do outro.

## 4 AS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Para que a atuação do pedagogo tenha sua importância no ambiente hospitalar, é necessário, primeiramente, que todas as pessoas envolvidas no processo de enfermidade e recuperação da criança e/ou adolescente hospitalizados mantenham fixa a concepção de que, mesmo fragilizado e passando por um momento de grande sensibilidade, é possível que esses indivíduos continuem a aprender, a criar, a brincar e, principalmente, continuar sua vida social. Partindo dessa compreensão, faz-se indispensável a presença do pedagogo no hospital, pois ele é o principal responsável por essas atribuições. Além disso, as atividades pedagógicas podem contribuir no hospital, também, para a recuperação da criança/adolescente hospitalizado. A função do pedagogo hospitalar é de suma importância, nesse contexto

[...] está relacionada a todas as atividades de aprendizagem e de desenvolvimento humano, seja com crianças, jovens, adultos ou idosos, operários ou funcionários, obedecendo ao perfil da instituição em que se encontram, pois o papel do pedagogo também existe longe da escola (JESUS, 2009, p. 28).

Desta maneira, a condição para aprender não se restringe aos muros escolares, não se fecha a determinada idade, condição social ou cultural e, ainda, não necessariamente deverá acontecer em uma sala de aula; a possibilidade da educação está onde o sujeito estiver, inclusive no hospital, não eliminando a função e o dever da escola formal.

Mesmo mantendo o aprendizado no hospital, a educação na escola formal deve se manter ativa, pois a educação hospitalar contribui no sentido de que a criança e/ou adolescente não sejam prejudicados no momento em que estiverem impossibilitados de frequentar o ensino regular. Essa educação diferenciada é o elo que manterá o educando conectado ao que acontece no dia a dia escolar, possibilitando que, no seu retorno, ele retome o ensino sem que seja prejudicado.

Para que a educação hospitalar ocorra com qualidade, uma sistematização de todo o processo deve existir, algo que inclui incumbências a pedagogos e professores. No Paraná, estas atribuições estão disponíveis na proposta da PPPH<sup>9</sup> e nas Instruções Normativas n° 006/2008 e 016/2012<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Proposta político-pedagógica hospitalar é o documento que traz a “identidade” da educação em ambiente hospitalar, organizando e norteando todo o trabalho pedagógico a ser realizado na educação hospitalar. Ele dá as diretrizes enfatizando a importância dessa educação.

<sup>10</sup> Essas instruções estabelecem os procedimentos para a implantação e o funcionamento do Sareh e estão embasadas na Constituição Federal, nas legislações educacionais, bem como nos decretos, pareceres e resoluções vigentes.

Os pedagogos que atuam em ambiente hospitalar, por meio do Sareh, possuem diversas atribuições, e estas são padrão para todos os hospitais da rede integrada, inclusive no Hospital do Trabalhador, campo de investigação desta pesquisa. Dessa forma, o Sareh do hospital em questão faz parte do Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Humano (CEPDH), implantado em 1999, que incentiva todas as ações relacionadas à formação profissional e acolhe estagiários de diversos cursos, viabilizando o acesso aos ambientes de trabalho e garantindo um ensino de qualidade.

De acordo com as instruções normativas, o pedagogo possui as seguintes atribuições dentro do contexto hospitalar:

- a) coordenar, acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico, bem como organizar os materiais e equipamentos do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar;
- b) observar a recomendação médica para liberação dos educandos para que recebam Atendimento Pedagógico;
- c) promover encontros a fim de oportunizar a troca de experiências entre os docentes;
- d) elaborar, em conjunto com os professores e profissionais da instituição conveniada, o Plano de Ação Pedagógico-Hospitalar;
- e) articular ações com os profissionais da instituição conveniada para o desenvolvimento do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar;
- f) manter contato com a família, com o responsável pelo Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar do Núcleo Regional de Educação e com a escola de origem do educando;
- g) participar de encontros e reuniões promovidos pelo Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional e Núcleo Regional de Educação;
- h) organizar e garantir o cumprimento da hora-atividade dos professores, de acordo com as normas vigentes;
- i) entregar aos pais, ou responsáveis pelo educando, a Ficha Individual do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, anexando as atividades realizadas, a ser entregue no estabelecimento de ensino em que o educando encontra-se matriculado;
- j) arquivar cópia da Ficha Individual do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, na instituição conveniada;
- k) fornecer informações atualizadas ao responsável pelo Serviço de Atendimento

- à Rede de Escolarização Hospitalar no Núcleo Regional de Educação, para atualização do banco de dados;
- l) organizar o Livro Ponto dos professores, encaminhando mensalmente o relatório de frequência e outras questões que envolvam a vida funcional dos mesmos ao responsável pelo Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar do Núcleo Regional de Educação, no prazo determinado;
  - m) cumprir carga horária previamente definida no Serviço;
  - n) fazer os exames médicos, conforme determinação da Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 2012, p. 6).

Desta maneira, para que fosse possível analisar a prática pedagógica dos educadores que atuam no Sareh, no Hospital do Trabalhador, em Curitiba, com vistas a sistematizar a organização do trabalho pedagógico em ambiente hospitalar, fez-se necessário realizar uma entrevista semiestruturada (Apêndice I) com a pedagoga responsável pelo Sareh no hospital em questão, bem como desenvolver e aplicar um questionário junto aos professores do Sareh do HT (Apêndice II).

A análise dos resultados permitiu constatar que não há um registro oficial da sistematização do trabalho pedagógico realizado. Tal constatação pode ser confirmada com base nas respostas atribuídas a questões realizadas na entrevista. Embora a PPPH e o Plano de Ação Pedagógica determinem as diretrizes e conduzam o trabalho educacional hospitalar, tais documentos não apresentam uma sistematização detalhada da organização do trabalho pedagógico realizado em ambiente hospitalar, conforme resposta dada pela pedagoga do Sareh do HT: “Não, o que ele faz é direcionar, apresentar as diretrizes do dia a dia do cotidiano do trabalho hospitalar”.

Portanto, o trabalho pedagógico realizado no hospital atende ao disposto na PPPH e nas instruções normativas. Apesar de a pedagoga estar habituada à prática cotidiana do trabalho e aos procedimentos didático-pedagógicos, desde a entrada até a saída dos alunos do hospital, não foram identificados registros explicativos deste trabalho nos documentos analisados nesta pesquisa.

A partir dos dados analisados e da pesquisa bibliográfica realizada, abaixo estão propostas as etapas da organização do trabalho pedagógico, que poderão ser realizadas pelos pedagogos que atuam em ambientes hospitalares:

#### **a) Pesquisa do censo do hospital**

O pedagogo buscará no sistema do censo hospitalar as informações sobre os internamentos, selecionando os educandos pertencentes à educação básica que serão atendidos.

### **b) Preenchimento da ficha individual do aluno**

Ao saber que um novo aluno foi internado no hospital, o pedagogo deverá realizar o preenchimento de uma ficha individual, contendo os dados pessoais do aluno e a situação geral de seu estado de saúde e internamento.

### **c) Realização da anamnese**

Depois de preenchida a ficha individual, e no momento oportuno, o pedagogo deverá realizar uma anamnese com o aluno, que consistirá em uma entrevista realizada por este profissional com o aluno hospitalizado, ou com a família, quando ele estiver impossibilitado de responder ao questionário. Seu objetivo é compreender o diagnóstico hospitalar em que o educando se encontra, bem como levantar informações sobre sua situação escolar, ou seja, se está matriculado ou não no sistema de ensino regular. Poderá analisar quais conteúdos estavam sendo trabalhados, quais suas dificuldades, temas de interesse, com quais disciplinas tem afinidades ou não e os motivos.

### **d) Contato com a escola de origem**

Depois de realizada a anamnese, o pedagogo deverá entrar em contato com a escola de origem, a fim de confrontar e/ou confirmar as informações passadas pelo aluno e/ou familiares, solicitar o envio do plano de trabalho docente dos professores, as matérias e os conteúdos a ser trabalhados e verificar as dificuldades apresentadas pelo aluno. A escola receberá o informe pedagógico, que esclarece a situação de internamento. Servirá, também, como um meio de manter o elo entre hospital e escola.

### **e) Orientação aos professores da área**

O pedagogo deverá realizar uma breve reunião com os professores que realizam o trabalho educacional hospitalar para repassar as informações sobre a situação do aluno para que eles possam dar início ao encaminhamento das atividades a serem realizadas.

### **f) Contato dos professores com os alunos**

Após receberem as informações do pedagogo sobre os novos alunos hospitalizados, os professores deverão realizar um primeiro contato com o estudante para que este os conheça e ganhe afinidades. Os educadores poderão levar algumas atividades do banco de dados do hospital para verificar, na prática, se as dificuldades apresentadas estão em consonância com o realizado pela anamnese, porém deverão respeitar o tempo e as condições em que se encontra o educando.

### **g) Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem**

Os professores, com o auxílio do pedagogo, durante a hora-atividade, deverão realizar o planejamento individual das atividades que serão aplicadas aos alunos internados, constando os seguintes elementos: conteúdos, objetivos, metodologias e

recursos didáticos, avaliação e referências, verificando se estão adequadas à série, faixa etária, ao tempo, ao espaço e se as adaptações curriculares foram realizadas, bem como se as atividades elaboradas acrescentaram informações às dificuldades apresentadas pelo aluno e/ou familiares e pela escola de origem.

#### **h) Troca de informações**

Os professores deverão repassar ao pedagogo os resultados obtidos nas atividades realizadas, para que este as anote na ficha individual do aluno, inserindo os dados sobre o envolvimento com as atividades propostas.

#### **i) Avaliação**

O pedagogo deverá solicitar aos professores a realização de uma avaliação individual geral de cada aluno para que esta seja anexada à ficha individual do aluno (poderá ser atribuída uma nota, ou um parecer descritivo).

#### **j) Orientação aos familiares após a alta médica**

Passar informações aos familiares (pai, mãe e/ou responsável pela criança hospitalizada), para que entendam qual será o procedimento escolar do aluno quando ele deixar o hospital, ou seja, informá-los e orientá-los sobre como ocorrerá a inserção ou reinserção do aluno na escola regular.

#### **k) Retorno à escola de origem**

Reunir toda a documentação do aluno: ficha individual, anamnese, as atividades realizadas com os pareceres dos professores e a avaliação geral, realizada por meio de nota ou do parecer descritivo. Todo o material deverá ser entregue em um envelope para os pais, para que possam entregar para a escola de origem do aluno.

Assim, entende-se que o papel do pedagogo no ambiente hospitalar tem uma função fundamental e específica na promoção do processo de escolarização de educandos hospitalizados pertencentes à educação básica, em seus diferentes níveis e modalidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prática pedagógica do Sareh, voltada para a perspectiva da educação universal inclusiva e pelo atendimento à diversidade aponta um quantitativo expressivo no período de 2007 a 2012. Apesar de não haver uma sistematização sobre as análises qualitativas e quantitativas do atendimento pedagógico, permite-se, pelo trabalho realizado, esboçar a dimensão do impacto social que o serviço apresenta, atendendo ao princípio básico de cidadania e considerando a busca por oportunidades iguais e o respeito à dignidade.

O presente trabalho buscou abordar processos históricos do atendimento escolar hospitalar, toda legislação em torno do tema, a humanização necessária para este contexto, a atuação e as atribuições do pedagogo nesse ambiente, para, finalmente, analisar os dados obtidos por meio da entrevista (Apêndice I) e do questionário (Apêndice II) realizados, que gerou a proposta de sistematização da organização do trabalho pedagógico, contribuindo para estabelecer um processo educacional específico para um espaço diferenciado, respeitando a diferença entre o tempo de ensinar e o tempo de aprender e demonstrando as especificidades didático-metodológicas adotadas para se garantir o processo ensino-aprendizagem, pois:

o atendimento pedagógico-educacional no ambiente hospitalar deve ser entendido como uma escuta pedagógica às necessidades e interesses da criança, buscando atendê-las o mais adequadamente possível nestes aspectos e não como uma mera suplência escolar ou “massacre” concentrado no intelecto da criança. O sucesso deste trabalho depende da contínua e próxima cooperação entre professores, alunos, familiares, e os profissionais de saúde do hospital, inclusive no que diz respeito aos ajustes necessários na rotina e/ou horários quando da interferência destes no desenvolvimento do planejamento para o dia a dia de aulas na escola hospitalar (FONSECA, 2003, p. 14).

A organização do trabalho pedagógico é de vital importância para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, atendendo às suas necessidades diferenciadas, em um processo que permitirá a equivalência de frequência e de aproveitamento escolar.

Existe, então, a possibilidade de estabelecer vínculos para auxiliar a manter a identidade do educando hospitalizado, enquanto sujeito do processo educativo, uma vez que está fora de sua rotina diária.

Dessa forma, os resultados da pesquisa reiteraram o entendimento de que a prática pedagógica realizada em ambiente hospitalar deve estar de acordo com as características e limitações do ambiente e dos sujeitos que serão escolarizados e que, além disso, deve buscar contribuir para a garantia do processo de democratização e universalização do ensino, bem como o acesso e a permanência dos educandos, seja dentro ou fora da escola formal.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Neusa. **Histórico da pedagogia hospitalar**. Roraima, 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/historico-da-pedagogia-hospitalar/74994/>>. Acesso em: 26 set. 2013.

AROSA, Armando de Castro Cerqueira; SCHILKE, Ana Lúcia. Reflexões sobre a escola no hospital. In: \_\_\_\_\_. **A escola no hospital: espaço de experiências emancipadoras**. Niterói: Intertexto, 2007. Cap. 2, p. 23-32.

BARROS, Alessandra. Panorama da classe hospitalar no mundo. In: DIAZ, Félix et al. (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. Cap. 25, p. 279-288.

BRASIL. **Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm)>. Acesso em: 26 set. 2013

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, 1975. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm)>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição, 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/busca?q=Artigo+205%2C+Constitui%C3%A7%C3%A3o+Federal+de+1988&s=noticias>>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 26 set. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995. Aprova em sua íntegra o texto oriundo da Sociedade Brasileira de Pediatria, relativo aos Direitos da Criança e do Adolescente hospitalizados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 out. 1995. Seção 1, p. 163/9-16320. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id2178.htm>>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 06, de 07 de abril de 1998**. Entendimento a respeito da vigência do Decreto Lei n.º 1.044/69, que dispõe sobre o tratamento excepcional para os portadores de afecções. Brasília, 1998. Disponível em: <[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcne6\\_98.htm](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcne6_98.htm)>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. . Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Documento base para Gestores e Trabalhadores do SUS**. Brasília, 2004. Disponível em <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doc\\_base.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doc_base.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm)>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 05 de junho de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 05 de junho de 2007**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2013.

BÉLGICA. **Lei Belga, de 27 de junho de 1921**. Bruxelas, 1921. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=en&ihmlang=en&lng1=en,pt&lng2=da,de,el,en,es,fi,fr,it,nl,pt,sv,&val=234946:cs>>. Acesso em: 26 set. 2013.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. O trabalho pedagógico no ambiente hospitalar: um espaço em construção. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Rooseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação especial: do querer fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003. Cap. 5, p. 71-79.

CALEGARI, Aparecida Meire. **As inter-relações entre educação e saúde: implicações do trabalho pedagógico no contexto hospitalar**. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2003.

CASTRO, Marleisa Zanella. Humanização e escolarização hospitalar: transformando a realidade nas pediatrias. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion. **Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desafios**. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011. Cap. 12, p. 231-249.

CECCIM, Ricardo Burg. Criança hospitalizada: a atenção integral como uma escuta à vida. In: \_\_\_\_\_; CARVALHO, Paulo Antoniacci. **Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Cap. 2, p. 27-41.

ESTADO DE GUANABARA. Constituição do Estado de Guanabara. **Emenda Constitucional nº 4, de 30 de janeiro de 1969**. Rio de Janeiro, 1969. Disponível em: <<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1054119/DLFE-53674.pdf/REVISTA23463.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

FONSECA, Eneida Simões da; CECCIM, Ricardo Burg. Atendimento pedagógico-educacional hospitalar: promoção do desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança hospitalizada. **Temas Sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v. 7, n. 42, p. 24-36, 1999. Disponível em: <<http://www.cerelepe.faced.ufba.br/arquivos/fotos/62/atendpedagpromocaopsiquicocog.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2003.

\_\_\_\_\_. **A situação brasileira do atendimento pedagógico-educacional hospitalar**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000100009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar**. São Paulo: Memnon, 2003. 97 p.

\_\_\_\_\_. **Palestra**: o atendimento escolar hospitalar: situação no Brasil e em outros países. In: ENCONTRO NACIONAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR, 6., Niterói, 2009.

HOLZ, Verónica Violant; GRAUZ Maria Cruz Molina; VICENTE, Crescência Pastor. **Pedagogia hospitalaria**: necessidades, âmbitos y metodología de intervención. Santiago de Chile: Gobierno de Chile, 2009. 144 p.

HOSPITAL DO TRABALHADOR. **Histórico**. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.hospitaldotrabalhador.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>>. Acesso em: 26 set. 2013.

KUDO, Aide Mitie; BARROS, Priscila Bagio Maria. **O hospital pelo olhar da criança**. São Caetano do Sul: Yendis, 2009. 140 p.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia hospitalar**: a humanização integrando educação e saúde. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de. **A necessidade da formação de pedagogo para atuar em ambiente hospitalar**: um estudo de caso em enfermarias pediátricas do Hospital de Clínicas da UFPR. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

\_\_\_\_\_. Rumos de uma política pública. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Escolarização hospitalar**: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 1, p. 23-34.

ORGANIZAÇÃO HOSPITAL DE PEDAGOGOS NA EUROPA. **Regulamentos**. Uppsala, 2004. Disponível em: <<http://www.hospitalteachers.eu/who/regulations>>. Acesso em: 26 set. 2013.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 02, de 02 de junho de 2003**. Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/93946370948cd82903256d5700606b9e/\\$FILE/\\_p8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30co\\_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/93946370948cd82903256d5700606b9e/$FILE/_p8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30co_.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 2.527/2007**. Institui o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar. Curitiba, 2007. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/tematico\\_sareh.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_sareh.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Político Pedagógica Hospitalar**. Curitiba, 2013. No prelo.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. **Instrução nº 006/2008 – SUED/SEED, de 20 de maio de 2008**. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao062008.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. **Instrução nº 016/2012 – SUED/SEED, de 31 de outubro de 2012**. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes%202012%20sued%20seed/instrucao162012.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. **Educação, diversidade e esperança: a práxis pedagógica no contexto da escola hospitalar**. 2004. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. A universidade e a experiência em educação no contexto hospitalar: formação profissional e humana. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion (Org.). **Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desafios**. Curitiba: Champagnat, 2010.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia hospitalar: intermediando a humanização na saúde**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

PORTUGAL. **Carta da criança hospitalizada**. Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://www.iacrianca.pt/carta-da-crianca-hospitalizada>>. Acesso em: 26 set. 2013.

REDE LATINOAMERICANA E DO CARIBE. **Documentos**. América Latina e Caribe, 2009. Disponível em: <<http://www.redlaceh.org/documentos.php>>. Acesso em: 26 set. 2013.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Serviço de atendimento à rede de escolarização hospitalar**. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=463>>. Acesso em: 26 set. 2013.

VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. **Classe hospitalar no mundo: um desafio à infância em sofrimento**. Ceará: UECE, 2008. Disponível em: <[http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/conf\\_simp/textos/sandramaia-hospitalar.htm](http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/conf_simp/textos/sandramaia-hospitalar.htm)>. Acesso em: 26 set. 2013.

## APÊNDICE I – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A PEDAGOGA DO SAREH DO HOSPITAL DO TRABALHADOR

### PESQUISA – PEDAGOGA DO SAREH (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA)

Esta entrevista faz parte da pesquisa do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2012-2013), intitulada “A organização do trabalho pedagógico em ambientes hospitalares: um estudo de caso com educadores do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh) do Hospital do Trabalhador”, desenvolvido pela acadêmica Michele de Oliveira dos Santos, do 6º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário, sob a orientação da Profª. Me. Cinthya Vernizi Adachi de Menezes. A pesquisa busca analisar a prática pedagógica dos educadores que atuam no Sareh, no Hospital do Trabalhador de Curitiba, com vistas a sistematizar a organização do trabalho pedagógico em ambiente hospitalar. Agradecemos a colaboração de todos os envolvidos, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste estudo.

Nome:

---

Formação:

---

Tempo de atuação em ambiente hospitalar:

---

Motivos da escolha para atuar em ambiente hospitalar:

---

---

---

1. Quais são suas atribuições?
2. Como você define a Proposta Político-Pedagógica Hospitalar (PPPH)?
3. Você participou de sua elaboração?
4. Quando ocorreu sua participação?
5. Como a PPPH se concretiza no Hospital do Trabalhador?
6. O que é o plano de ação pedagógica?

7. Como este plano é elaborado?
8. Como ele se efetiva?
9. O que é o plano de trabalho docente?
10. Como este plano é elaborado e executado?
11. Quais são os procedimentos didático-metodológicos necessários para efetivação do processo de escolarização dos educandos hospitalizados?
12. Segundo a PPPH, a organização do trabalho pedagógico deve contribuir para:
  - a) Orientação das ações desenvolvidas pela equipe de educadores.
  - b) Promoção de subsídios para o acompanhamento e avaliação pedagógica do educando.Há uma sistematização da organização do trabalho pedagógico hospitalar? Ela está formalizada?
13. Aponte e explique quais são as etapas da organização do trabalho pedagógico no Hospital do Trabalhador e como os objetivos acima citados se efetivam na prática.
14. Você considera que estas etapas podem ser replicadas em outros ambientes hospitalares? Por quê?
15. Quais os maiores desafios e perspectivas para a efetivação da sua prática pedagógica?

## APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM OS PROFESSORES DO SAREH DO HOSPITAL DO TRABALHADOR

### PESQUISA – PROFESSORES DO SAREH (QUESTIONÁRIO)

Este questionário faz parte da pesquisa do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2012-2013), intitulada “A organização do trabalho pedagógico em ambientes hospitalares: um estudo de caso com educadores do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh) do Hospital do Trabalhador”, desenvolvido pela acadêmica Michele de Oliveira dos Santos, do 6º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário, sob a orientação da Profª. Me. Cinthya Vernizi Adachi de Menezes. A pesquisa busca analisar a prática pedagógica dos educadores que atuam no Sareh, no Hospital do Trabalhador de Curitiba, com vistas a sistematizar a organização do trabalho pedagógico em ambiente hospitalar. Agradecemos a colaboração de todos os envolvidos, que é de fundamental importância para o desenvolvimento deste estudo.

Nome:

---

Formação:

---

Tempo de atuação em ambiente hospitalar:

---

Motivos da escolha para atuar em ambiente hospitalar:

---

---

---

---

---

---

---

---

1. Você conhece a Proposta Político-Pedagógica Hospitalar (PPPH)?

Desconheço	Soube de sua existência, mas não participei	Houve pouco envolvimento de minha participação	Participei ativamente do processo	Auxiliei na condução do processo

2. Participou de sua elaboração? Quando? \_\_\_\_\_

Desconhecia sua existência	Soube de sua existência, mas não participei de sua elaboração	Houve pouco envolvimento de minha participação na elaboração	Participei ativamente do processo de elaboração	Auxiliei na condução do processo de elaboração

3. A PPPH se concretiza no Hospital do Trabalhador?

Desconheço	Em algumas situações ela é utilizada	Sim, porém em alguns momentos é necessário adaptá-la	Não, pois ela não se aplica à realidade hospitalar	Sim, a PPPH é cumprida totalmente

4. Existe plano de ação pedagógica para o Hospital do Trabalhador?

Desconheço	Sei de sua existência, mas não me aprofundei na questão	Existe, porém o acesso ao documento é restrito	Não existe, pois não se faz necessário na realidade do hospital	Sim, ele é de extrema importância para a realização do trabalho docente hospitalar

5. Participou de sua elaboração?

Não fazia parte da equipe docente do hospital quando foi elaborado	Soube de sua existência, mas não participei	Houve pouco envolvimento de minha participação	Participei ativamente do processo	Auxiliei na condução do processo

6. Você elabora o plano de trabalho docente com o apoio da pedagoga?

Não, essas situações nunca ocorrem	Elaboro, mas sem o apoio da pedagoga	Elaboro com o apoio dos outros professores	Na maioria das vezes, ela nos apoia quanto à elaboração	Sim, em todas as ocasiões

7. O plano de trabalho docente apresenta em sua estrutura os seguintes elementos: conteúdos, objetivos, metodologias e recursos didáticos, avaliação e referências?

Não existe um plano de trabalho docente	Desconheço a existência de um plano de trabalho docente	O plano de trabalho existe, porém seus elementos são diferentes dos apresentados na questão	Sim, apresenta todos os elementos listados	Sim, porém não apresenta todos os elementos listados

1. Explique como é a rotina de planejamento, seleção, sistematização e avaliação dos conteúdos no ambiente hospitalar.

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

